

O SOFRIMENTO PSÍQUICO DA MULHER PRETA: O IMPACTO DO RACISMO E DO SEXISMO

Débora Mara Lamin Fagundes¹

Fabiana Peçanha¹

Keilla Gonçalves Rangel¹

Mariana Tessaro dos Santos¹

Viviane Andrade Moura¹

Thiago Pereira Machado²

RESUMO

O presente trabalho visa, a partir de pesquisa bibliográfica, apresentar alguns conceitos como discriminação racial, estereótipo, racismo, preconceito racial, assim como um conjunto de situações vivenciadas pela mulher negra, incluindo o feminicídio e o patriarcado. A abordagem metodológica utilizada foi a descritiva-qualitativa. O objetivo é fazer um paralelo entre o impacto duplamente vivenciado pela mulher negra referente ao racismo e o sexismo e como esse sofrimento psíquico afeta a saúde física e mental destas mulheres. A partir de pesquisas pode-se observar um crescente aumento nas denúncias de violências contra a mulher o que torna ainda mais necessário debater sobre essa problemática. Em suma, observa-se que as mulheres são vítimas de violência obstétrica, estupro, discriminação racial e do sexismo. Estas vivências afetam a autoestima da mulher e a subjetividade, geram exclusão social, dificuldade de encontrar emprego, as tornam mais suscetíveis a desenvolver Transtornos Mentais Comuns (TMC) assim como Transtornos de Ansiedade e Depressão. Foi possível observar que as questões raciais e de gênero impactam negativamente na vida das mulheres, geram sofrimento psíquico e afetam a saúde física e mental. Foi observável uma carência de mais pesquisas, visto que não é fácil encontrar dados referentes ao racismo da mulher preta, geralmente as pesquisas referentes ao racismo são mais referentes ao negro de forma geral. Percebe-se que há uma carência de práticas relacionadas à prevenção e acolhimento a esse grupo estigmatizado e subalterno.

Palavras-chaves: Questões de gênero; Racismo; Saúde Mental.

ABSTRACT

The present work aims, based on bibliographical research, to present some concepts such as racial discrimination, stereotype, racism, racial prejudice, as well as a set of situations experienced by black women, including femicide and patriarchy. The methodological approach used was descriptive-qualitative. The objective is to draw a parallel between the double impact experienced by black women regarding racism and

¹ Acadêmicos do curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

² Psicólogo, Doutorando e Mestre em Psicologia Institucional - PPGPSI/UFES. Docente Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thiagopmachadopsi@gmail.com

sexism and how this psychological suffering is related to the physical and mental health of these women. Based on research, a growing increase in reports of violence against women can be observed, which makes it even more necessary to debate this problem. In short, it is observed that women are victims of obstetric violence, rape, racial discrimination and sexism. These experiences, which affect women's self-esteem and subjectivity, generate social exclusion and difficulty finding employment, as they make them more susceptible to the development of Common Mental Disorders (CMD) as well as Anxiety and Depression Disorders. It was possible to observe that racial and gender issues impact qualities in women's lives, generate psychological suffering and affect physical and mental health. There was a lack of further research, as it is not easy to find data regarding the racism of black women. Generally, research regarding racism refers more to black people in general. It is clear that there is a lack of practices related to prevention and reception of this stigmatized and subordinate group.

Key-words: Gender issues; Racism; Mental health.

1 INTRODUÇÃO

Conforme descrevem os autores Françoise Magalhães Campos, Tânia Maria de Araújo, Denise Nunes Viola, Paula Caroline Santos Oliveira e Camila Carvalho Sousa (2020), as mulheres pretas brasileiras recebem menos remuneração no mercado de trabalho, sofrem mais violências obstétricas e, em sua maioria, moram nas regiões periféricas que geralmente se caracterizam por serem localizações mais distantes dos locais de trabalho, das unidades de saúde e de escolas.

De acordo com Ellen Hilda Souza de Alcântara Oliveira (2018), muitas vezes, o sofrimento psíquico e físico vivenciado pela mulher negra é ilegítimo, dessa forma, torna-se mais difícil a construção de políticas públicas para promover a saúde da mulher. Além de todas essas dificuldades o racismo institucional¹ também se manifesta nas unidades de saúde. Desta forma, como descreve Ana Beatriz Lira de Andrade (2021), a mulher negra sofre duplamente, tanto pela cor da pele como pelo gênero e essas vivências podem gerar sofrimento psíquico e transtornos mentais.

Segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022a), “Violência contra meninas e mulheres no primeiro semestre de 2022”, 699 mulheres foram vítimas de feminicídio no primeiro semestre de 2022, sendo uma média de quatro mulheres por dia. Conforme os dados, percebe-se um contínuo aumento das mortes das mulheres por questões de gênero e feminicídio desde 2019, com um crescimento de 10,8% entre o período de 2019 a 2022. Ainda de acordo com os dados, “o perfil étnico racial indica a prevalência de mulheres pretas e pardas entre as vítimas: 62% eram negras, 37,5% brancas, 0,3% amarelas e 0,2% indígenas” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA, 2022a, p. 8). A dor vivenciada pelas mulheres negras soma-se à cor da pele, à

¹ O racismo institucional se caracteriza pela forma como as instituições funcionam, práticas e normas que mesmo indiretamente resultam em “desvantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, 2019, p.26).

discriminação e ao racismo estruturado na sociedade brasileira. Qual o impacto do racismo e do sexismo na saúde mental e física da mulher negra?

Como bem caracteriza Djamila Ribeiro, umas das principais vozes contra o racismo e o feminicídio no Brasil, a falta de reflexão sobre essa problemática se constitui como uma das principais “bases para a perpetuação do sistema de discriminação racial” (RIBEIRO, 2019, p.10). Diante disso, faz-se necessário dedicar estudos e pesquisas sobre o tema para uma melhor compreensão. Ainda de acordo com a autora, é de suma importância que a sociedade busque ler obras escritas por autores negros, assim sendo, esta pesquisa buscou apresentar alguns conceitos de autores negros brasileiros.

No entanto, como descrito por Ribeiro (2019, p. 10), “muitas vezes, pessoas brancas nos colocam no lugar de ‘Wikipreta’, como se nós precisássemos ensinar e dar todas as respostas sobre a questão do racismo no Brasil. Essa responsabilidade é também da pessoa branca – e deve ser contínua”.

Desse modo, cabe ao sujeito ir atrás de conhecimento e buscar compreender que a população preta não tem o dever de servir como fonte de pesquisa sobre a temática.

De acordo com as autoras Marizete Gouveia Damasceno e Valeska M. Loyola Zanello (2018), são necessárias pesquisas que busquem apresentar o impacto do racismo e do sexismo na saúde mental das mulheres negras na população brasileira. Assim como a “desconstrução da imagem negativa das mulheres negras, duplamente invisibilizadas, é parte fundamental do processo de desconstrução do racismo como um todo” (DAMASCENO; ZANELLO, 2018, p.456). Nesse sentido, como afirmam Imaíra Pinheiro de Almeida da Silva e Cássius Guimarães Chai (2018), visto que o racismo e o sexismo tem causado consequências na construção de políticas públicas assim como na aplicabilidade destas tornam-se necessárias medidas para combater estas práticas.

Este estudo tem como objetivo geral, a partir de pesquisa bibliográfica, avaliar o impacto das práticas racistas e sexistas na saúde mental da mulher preta. Os objetivos específicos foram apresentar os conceitos de racismo, estereótipos, discriminação racial e preconceito racial; fazer uma articulação entre o racismo e o sexismo assim como apresentar algumas consequências destas práticas racistas; enfatizar a desigualdade duplamente vivenciada pela mulher preta.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho consiste em um estudo qualitativo resultado de pesquisa bibliográfica. Para esta pesquisa foram utilizados autores negros brasileiros e do exterior, que são de grande relevância para este campo de estudo, assim como algumas obras referentes a temas de Psicologia e Transtornos Mentais.

Foi realizada uma busca no Google acadêmico buscando por descritores que discutem sobre a saúde mental da mulher negra, o conceito de feminicídio e sobre os aspectos psicológicos vivenciados pelas mulheres negras que foram vítimas de violência sexual, resultando num total de dez artigos e dentre estes foram selecionados quatro que se tornaram relevantes para este trabalho. Também foi realizada uma busca no Scientific Electronic Library Online Scielo sobre os impactos do racismo na saúde mental e foram selecionados seis artigos. No sítio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada foi realizada busca referente à probabilidade do sujeito ser vítima de homicídio

por ser negro. O Atlas da Violência 2021, de Daniel Cerqueira e colaboradores (2021) abasteceu a pesquisa com dados referentes à violência no Brasil no ano de 2021. Dos dados disponíveis no sítio do Fórum Brasileiro de Segurança Pública obtivemos a contribuição sobre a temática da violência contra meninas e mulheres, no site do Conselho Federal de Psicologia foram analisadas publicações referentes ao tema e também na Revista de Políticas Públicas. A página da Fundação Osvaldo Cruz também é referenciada na Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, que trata sobre alterações para qualificar o crime de feminicídio assim como inclui-lo no rol de crimes hediondos. Ademais, Geledés – Instituto da Mulher Negra.

3. DESENVOLVIMENTO

Conceitos

Antes de discutir sobre como práticas racistas afetam a saúde mental é importante apresentar a definição de racismo, discriminação racial, preconceito racial e estereótipos para uma melhor compreensão.

Para introduzir a definição desses conceitos apropriamos da obra de Silvio Almeida, em “Racismo Estrutural”, na qual o autor conceitua o racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento” (ALMEIDA, 2019, p.22). De modo que pode ser manifestado de maneira consciente ou inconsciente o que resultará em privilégios ou desvantagens dependendo do grupo racial do indivíduo. Ainda de acordo com o autor, o racismo é estrutural, ou seja, decorrente da própria estrutura social, que normaliza ações as quais fazem parte da vida das pessoas e que promove o preconceito. Conforme o autor, tanto o comportamento individual quanto “os processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção” (ALMEIDA, 2019, p.33).

Ainda de acordo com Almeida (2019, p.31), “o racismo transcende o âmbito da ação individual ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro [...]”. Já a discriminação racial se caracteriza pela atribuição de tratamento diferenciado a determinados membros ou grupos racialmente identificados e tem como requisito principal o poder o qual determina vantagens de um grupo sobre outro (ALMEIDA, 2019). Para o Conselho Federal de Psicologia (CFP) “a discriminação racial se refere a comportamentos de distinção com prejuízo para negros, podendo se manifestar como privação de direitos ou diferença de tratamento” (CFP, 2017, p.12).

Como caracteriza Almeida (2019, p.22), “o preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”. Logo, como descrito pelo CFP (2017), o preconceito racial resulta da internalização de representações sociais estereotipadas. Desta forma, estereótipos configuram-se como generalizações socialmente construídas seja positiva ou negativamente, resultantes de uma falsa percepção social. A qual leva “à fixação de características a todos os indivíduos de um mesmo grupo, como se um sujeito representasse todo o coletivo ao qual estaria vinculado, seja de raça, de classe, ou gênero [...]” (CFP, 2017, p.12). Ou seja, frases como “judeu avarento” ou “índio preguiçoso” são exemplos de estereótipos

relacionados a preconceito racial que levam a percepções errôneas baseadas em crenças e afetos pré-determinados de forma negativa.

Segundo Silvia Federici (2017), em “Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva”, as fases da globalização capitalista são acompanhadas do retorno de aspectos violentos da acumulação primitiva a qual deixa explícito que a degradação das mulheres é umas das condições necessárias “[...] para a existência do capitalismo em qualquer época” (FEDERICI, 2017, p.27). Ou seja, o capitalismo é um processo histórico, social, político e econômico que está diretamente ligado ao racismo e o sexismo. Desta forma, com a estruturação do capitalismo as mulheres substituem as terras perdidas e são apropriadas como os novos bens. Institui-se um novo contrato sexual “que definia as mulheres em termos — mães, esposas, filhas, viúvas — que ocultavam sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso a seus corpos, a seu trabalho e aos corpos e ao trabalho de seus filhos” (FEDERICI, 2017, p.191).

Para a autora Milena Fernandes Barroso (2018, p.448) a ligação do racismo e sexismo com o capitalismo não se constitui como um legado, mas sim como necessidade própria do capitalismo. “Disso apreende-se a consubstancialidade entre patriarcado, racismo e capitalismo e, conseqüentemente, a indissociabilidade entre exploração e opressão” (BARROSO, 2018, 448). Assim constitui-se o atual modelo societário resultante dessa imbricação. Mesmo que as opressões decorrentes do patriarcado antecedam o capitalismo é importante destacar que as opressões sobreviveram à emergência capitalista assim como tornaram necessárias as relações sociais capitalistas (BARROSO, 2018).

[...] o patriarcado com materialidade e cultura, penetrou em todas as esferas da vida social; o capitalismo mercantilizou todas as relações sociais; e, finalmente, o racismo, pela estrutura de poder, preconceito e discriminação, se espalhou em todo o corpo social como herança do escravismo (BARROSO, 2018, p.459).

Também é importante aqui trazer o conceito de feminicídio, visto que as mulheres, principalmente negras, têm vivenciado muito sofrimento psíquico resultante da constante tensão e insegurança devido às inúmeras mortes resultantes do feminicídio em nossa sociedade. De acordo com as autoras Stela Nazareth Meneghel e Ana Paula Portella (2017), o conceito de feminicídio foi usado a primeira vez em 1976 por Diana Russel “perante o Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, realizado em Bruxelas, para caracterizar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres, definindo-o como uma forma de terrorismo sexual ou genocídio de mulheres” (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p.3079).

Desse modo, caracterizam-se por feminicídio situações ocorridas além do ambiente doméstico e familiar. Ou seja, toda morte resultante de mutilação, estupro, perseguição, espancamento, escravidão sexual, assédio sexual, violência física e sexual, entre outros. Dessa forma, “a morte das mulheres representa então a etapa final de um *continuum* de terror [...]” (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p.3079).

Como descrito por Meneghel e Portella (2017), os constantes assassinatos por feminicídios contra as mulheres são resultantes do regime patriarcal no qual as mulheres são submetidas ao controle dos homens. Ou seja, a sociedade patriarcal tem como crença a ideia de que os homens têm direito de dominação sobre as mulheres tanto no

âmbito social como nas relações individuais. Portanto, esses crimes não são cometidos por condições patológicas dos agressores, mas sim pelo “desejo de posse das mulheres, em muitas situações culpabilizadas por não cumprirem os papéis de gênero designados pela cultura” (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p.3079).

Logo, o feminicídio é motivado pelos sentimentos de posse sobre a mulher, desprezo e ódio. Ainda conforme as autoras, ser mulher em nossa sociedade marcada pelo regime patriarcal torna-se fator de risco, com “maior incidência em mulheres que possuem condicionantes raciais, étnicos, de classe social, ocupação ou geracionalidade” (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p.3079).

É importante ressaltar que o feminicídio ultrapassa as relações entre homens e mulheres, isto é, resultante de mecanismos socioculturais. Nesse sentido, em relação às mulheres vítimas de feminicídio Meneghel e Portella (2017, p.3080) afirma que [...] em uma sociedade racista e sexista, os fatores individuais teriam menor influência do que os fatores socioculturais, uma vez que tanto as pessoas que apresentam distúrbios psicológicos quanto aquelas consideradas “normais”, frequentemente tomam atitudes racistas e sexistas legitimadas socialmente. A violência contra as mulheres, nessa perspectiva, teria como objetivo a preservação da supremacia masculina no âmbito das relações interpessoais e no nível macrossocial.

A Lei 13.104/2015, conhecida como a Lei do Feminicídio, foi sancionada para tentar prevenir e reduzir os crimes de feminicídios no Brasil. A legislação alterou o Código Penal, art. 121, do decreto Lei 2.848/40, no qual inclui o feminicídio como modalidade de homicídio doloso qualificado contra a mulher e também o insere no rol de crimes hediondos. Ademais, a pena para esta prática se constitui com reclusão de 12 a 30 anos (BRASIL, 2015).

Violência Contra a Mulher negra

Para ele, ela era uma mercadoria fragmentada cujos sentimentos e escolhas raras vezes eram consideradas: sua cabeça e seu coração estavam separados de suas costas e mãos, e divididas de seu útero e vagina. Suas costas e músculos eram forçados no trabalho do campo [...] às suas mãos se exigia cuidar e nutrir o homem branco [...] sua vagina, usada para o prazer sexual dele, era a porta de acesso ao útero, lugar para os investimentos dele – o ato sexual era o investimento de capital, e o filho, a mais-valia acumulada [...] (OMOLADE *apud* FEDERICI, 2017, 9.114, Heart Of Darkness, 1983).

A citação acima retirada da obra de Federici (2017) retrata como o contexto da violência sexual está inserido na sociedade e torna-se instrumento de exploração e dominação sobre a mulher, da mesma maneira que o racismo e o machismo. Para Barroso (2018, p.446) “a relação entre exploração e opressão está diretamente relacionada à questão da relação estrutural entre patriarcado, racismo e capitalismo”.

De acordo com a autora Chimamanda Ngozi Adichie, em “Sejamos todos Feministas” (2015, p.28), “a questão de gênero é importante em qualquer lugar do mundo”. Ainda conforme a autora, quando a questionam porque ela se intitula como feminista e não defensora dos direitos humanos ela afirma que seria desonesto visto que o feminismo faz parte dos direitos humanos de uma forma geral. Dessa forma, ao escolher usar uma expressão vaga para esse contexto como ‘direitos humanos’ o sujeito nega a especificidade e particularidade da problemática de gênero. Seria uma maneira

de negar que as mulheres não foram excluídas ao longo dos séculos, ou que a questão de gênero tem como alvo as mulheres e que o problema não é ser humano, “mas especificamente um ser humano do sexo feminino” (ADICHIE, 2015, p.43).

Nesse sentido, como descrito pelas autoras Vitoria Carmo dos Santos e Acácia Batista Dias (2022), as mulheres negras são o grupo mais afetado, pois sofrem por questões raciais e de gênero. Ou seja, essa “intersecção entre raça e gênero intensifica as opressões contra as mulheres negras, pois o gênero influencia o racismo” (SANTOS; DIAS, 2022, p.3).

As mulheres negras foram escravizadas, abusadas e violentadas sexualmente para satisfazer aos senhores. A herança desse período se faz presente ainda nos dias de hoje “no imaginário da sociedade brasileira, são as representações e os estereótipos construídos sobre o corpo das mulheres negras: empregada doméstica, mãe preta e mulata – os três vinculados à imagem servil desses sujeitos” (SANTOS; DIAS, 2022, p.7).

Como afirma Ribeiro (2019, p.10), “por ser naturalizado, este tipo de violência se torna comum”. Ainda de acordo com a autora, as mulheres pretas desde o período colonial são ultrassexualizadas. Ou seja, é propagado no imaginário coletivo da sociedade a imagem de que as mulheres negras são ‘fáceis’, ‘naturalmente sensuais’, ‘lascivas’, essa ideia na verdade é usada para justificar abusos, visto que “mulheres negras são as maiores vítimas de violência sexual no país” (RIBEIRO, 2019, p.29).

Desta forma, o racismo somado com o machismo faz com que as mulheres muitas das vezes passem por situações constrangedoras, são invadidas e importunadas. A autora ainda acrescenta que o fato de se relacionar com uma pessoa negra não quer dizer que tenha consciência antirracista. Visto que isso vai depender da forma em que essa relação se constitui. Se acontece com signos racistas, como por exemplo ideia de que mulheres pretas são ‘naturalmente sensuais’ e ‘quentes’ “essa relação é pautada no racismo” (RIBEIRO, 2019, p.30).

Conforme descrito pela autora Millena da Silva, (2018, p.2), o racismo “é mascarado e silencioso, boa parte da população é racista, mas ninguém afirma que é” ou seja, o racismo não teve fim apenas se manifesta de diferentes formas, as quais vão se adaptando à época. Ainda de acordo com a autora, uma pesquisa realizada na Holanda mostrou que pessoas que sofreram discriminação racial eram duas vezes mais propensas a desenvolver problemas psicológicos como Depressão, Transtornos de Ansiedade e Transtorno Pós-traumático.

Como descrevem os autores Andreisa Santana Cardoso Da Conceição, Monique Ramos Fernandes, Rodrigo Calhau Dos Santos e Tatiane Tavares Reis (2023), muitas características atribuídas às mulheres negras relacionadas à sexualidade que são influenciadas por estereótipos estimulam a violência sexual, psicológica, física e doméstica.

De acordo com os dados apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022a), referentes a uma pesquisa realizada no ano de 2021, o resultado apresentou que dentre as vítimas de estupro de vulnerável 88,2% eram do sexo feminino, sendo que há uma predominância de pessoas negras com 52,2%. “O sexismo, de maneira semelhante ao que ocorre com o racismo, possui relação direta na

construção de ideologias sociais, tanto na brasileira, quanto em outros países” (DA CONCEIÇÃO, *et al*, 2023, p.224).

As mulheres negras, muitas vezes, ainda na infância são vítimas de violência sexual. Quando a violência sexual ocorre na infância a probabilidade das vítimas desenvolverem algum transtorno psicológico são ainda maiores (DA CONCEIÇÃO, *et al*, 2023). Além dos problemas psicológicos as vítimas de violência sexual apresentam problemas físicos também, principalmente no caso de estupro de vulnerável. Visto que o risco de lesões é maior, em decorrência do ato as meninas podem desenvolver infecções, doenças sexualmente transmissíveis e até mesmo uma gravidez indesejada (DA CONCEIÇÃO, *et al*, 2023).

A taxa de homicídios de pessoas negras cresce a cada dia no Brasil, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o simples fato do indivíduo ser pardo ou negro aumenta a probabilidade do mesmo ser vítima de homicídio em cerca de oito pontos percentuais. De muitas formas percebe-se o impacto do racismo e práticas sexistas na vida das mulheres negras. Apenas algumas mortes são contabilizadas como feminicídio, muitas são caracterizadas como Mortes Violentas por Causas Indeterminadas (MVCI).

De acordo com Cerqueira *et al*, no Atlas de Violência 2021 (2021), percebe-se uma manipulação da real situação vivenciada por uma sociedade racista e patriarcal. A violência também em muitas situações se concretiza nas vítimas de suicídios, visto que pode estar relacionado a práticas racistas e sexistas, seja de forma direta ou indireta. Como descreve Luís Antônio Baptista, no texto ‘A atriz, o Padre e a Psicanalista: os amoladores de Facas’, na obra ‘A Cidade dos Sábios e Outros Ensaios Sobre a Subjetividade e o Cotidiano’, “o fio da faca que esquarteja, ou o tiro certeiro nos olhos, possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para estes sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos e modos de viver [...]” (BAPTISTA, 1999, p.46).

Ainda conforme Cerqueira *et al*, no Atlas de Violência 2021 (2021, p.36), “em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil”. Estas mortes foram ocasionadas pelas vítimas serem do gênero feminino, “em decorrência de violência doméstica ou familiar ou quando há menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (CERQUEIRA *et al*, 2021, p.36). Mesmo que o número de mortes tenha caído ao comparar com o ano anterior o que se percebe é que entre o período de 2017 e 2019 houve um significativo aumento de 88,8% no percentual de MVCI, considera-se mortes violentas que o Estado foi incapaz de explicar, mas são mortes violentas por causas externas. Esse crescimento brusco nas MVCI é muito preocupante, pois pode ser um indicativo de que há uma perda de acurácia das informações do sistema de saúde bem como levar a análises distorcidas. Esse crescimento afeta as análises dos dados “no entanto, é em relação aos homicídios das mulheres que o impacto pode ser maior, pois, em 2019, para cada mulher vítima de homicídio, havia uma mulher vítima de MVCI” (CERQUEIRA *et al*, 2021, p.21). Ainda de acordo com a pesquisa, “em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras” (CERQUEIRA *et al*, 2021, p.38).

Nesse sentido, ao comparar as taxas de 2009 a taxa de mortalidade de mulheres negras era inferior à de mulheres não negras em 48,5%, uma década depois a mortalidade da mulher negra vai a 65,8%. O ponto a destacar é que “os números

absolutos revelam ainda maior desigualdade na intersecção entre raça e sexo na mortalidade feminina” (CERQUEIRA *et al*, 2021, p.40), sendo que houve um aumento de 2% no total de mulheres negras vítimas de homicídio. “Enquanto isso, o número de mulheres não negras assassinadas caiu 26,9% no mesmo período” (CERQUEIRA *et al*, 2021, p.40).

Conforme o “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018-2021: Especial Eleições 2022” no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022b), nos dados referentes ao Espírito Santo entre 2018 e 2021, o estado apresentou queda no número de Mortes Violentas Intencionais (MVI) tanto para a população geral quanto para grupos de vulneráveis. “Em 2021, 38 mulheres foram vítimas de feminicídios, um aumento de 8% quando comparado a 2018, na contramão da tendência de redução dos feminicídios no Brasil” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022b, p.90). No entanto, mesmo que o estado tenha registrado o menor número de feminicídio em 2020, 26 mulheres foram mortas por questões de gênero sendo que houve um crescimento expressivo no ano de 2021 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022b).

De acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, (2022c), no “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022” o número de mortes de mulheres registradas como homicídio no ano de 2020 foi de 404 e em 2021 382. Quanto ao registro de violência doméstica em 2020 foram registrados 2278 e no ano de 2021 1910 no estado do ES (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022c).

O sofrimento vivenciado pelas mulheres pretas fica explícito na pesquisa das autoras Santos e Dias (2022) que apresentam relatos de mulheres vítimas de violência obstétrica, onde as enfermeiras negligenciaram a dor da paciente e ainda reproduziram falas racistas tais com “já viu gente morena não aguentar a dor”. Há também relatos de mulheres negras que aguardavam atendimento em hospitais e quando chegava uma pessoa branca e com melhores condições financeiras esta última sempre era atendida com prioridade. Ou seja, “a Saúde da População Negra é posta em risco por outros critérios arbitrários e raciais no atendimento dos sujeitos negros: por preferência racial no momento da assistência, a população branca é privilegiada ante a negra” (SANTOS; DIAS, 2022, p.9). Tais relatos mostram explicitamente o atendimento omissivo e com práticas violentas recebido por mulheres negras no campo da saúde.

Oliveira (2018) desenvolveu uma pesquisa sobre as mulheres negras vítimas de violência obstétrica, a partir de depoimentos de mulheres que vivenciaram a violência obstétrica de diversas formas como de natureza física, psicológica e racial. As vítimas nos hospitais denunciaram situações de discriminação racial como ouvir da médica “você mulheres negras... você pode/ parir igual a cachorro que você dá conta...” (OLIVEIRA, 2018, p. 87). Além disso há relatos de descaso e palavras que zombam da dor das contrações naturais que as mulheres vivenciam durante o processo de parto, soma-se a tudo isso as dores ocasionadas por intervenções desnecessárias, como exemplo, na episiotomia que é realizada para auxiliar a passagem do feto no momento do nascimento (OLIVEIRA, 2018, p.93).

Ainda conforme Oliveira (2018), as mulheres também relatam dificuldades de conseguir atendimentos para acessar os serviços básicos de saúde, sendo que na maioria das vezes era necessário um intermediário para conseguir agendar as consultas de pré-natal. A violência física e psicológica vivenciada pelas mulheres nos hospitais

está atrelada à equipe de profissionais, sendo explícita a violência institucional, visto que houve situações em que a vítima foi negligenciada e impedida de ficar com um acompanhante durante o parto que lhe é direito por lei no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Muitas dessas violências institucionais não são denunciadas devido à fragilidade física e emocional em que se encontram as vítimas. Além do racismo institucional há outras duas modalidades de desigualdades políticas que são o sexismo e o classismo, mesmo sendo menos frequentes, atuam em conjunto o que afeta ainda mais determinados grupos (CFP, 2017).

De acordo com o CFP (2017, p.48), o racismo institucional “refere-se ao nível político-programático das instituições, a ações amplas, voltadas à coletividade, cujo impacto no sujeito é posterior à ação maior, como consequência desta”. Caracteriza-se por ações e atos de uma comunidade branca sobre uma comunidade negra (ALMEIDA, 2019). Como mencionado na pesquisa de Oliveira (2018), na qual mostrava como um grupo de mulheres negras tinham tratamento inferior e até mesmo sofriam violência física pelo fato de serem negras. A prática do racismo institucional está relacionada como “a principal responsável pelas violações de direitos dos grupos raciais subalternizados” CFP, p. 48, 2017). Constitui-se como uma falha do Estado em promover assistência igualitária para todos os grupos sociais.

Para os autores Tafnes Varela Martins, Tiago Jessé Souza de Lima e Walberto Silva Santos (2018), a saúde mental resulta de inúmeras e complexas relações entre os “fatores biológicos, psicológicos e sociais” (MARTINS; LIMA e SANTOS, 2018, p. 2794). Assim sendo, como descrito pelos autores, os estressores ligados à discriminação afetam a saúde mental dos indivíduos. Nesse sentido, observa-se que quando o sujeito é frequentemente exposto a atos discriminatórios tem repercussões negativas tais como baixa autoestima, tendência ao abuso de substâncias, transtornos mentais, assim como sintomas depressivos. Por outro lado, a maioria das pesquisas relacionadas a racismo frequentemente relacionam os negros como um grupo monolítico. Dessa forma, existem muitas lacunas relacionadas às diferenças de gênero e os possíveis efeitos à saúde mental, especificamente das mulheres (MARTINS; LIMA e SANTOS, 2018).

Impacto das práticas racistas na vida das mulheres

Conforme descrito no caderno IV, Edição comemorativa dos 23 anos publicado em 1993 por Geledés Instituto da Mulher Negra, “Mulher Negra” (1993), a identidade é resultante de um processo histórico-cultural. “Nascemos com uma definição biológica, ou seja, homens ou mulheres. Ou nascemos com uma definição racial: brancos ou negros” (GELEDÉS, 1993, p.9). Desta forma, será construída a identidade social a partir de elementos culturais, religiosos, históricos e psicológicos. Para se pensar o que é ser mulher na atualidade é preciso antes de tudo compreender como um projeto em construção o qual passa por um lado [...] pela desmontagem destes modelos introjetados de rainha do lar, do destino inexorável da maternidade, da restrição ao espaço doméstico familiar e o resgate de potencialidades abafadas ao longo de séculos de domínio pela ideologia machista e patriarcal (GELEDÉS, 1993, p.10).

Para a autora Camila Gabrielle Gomes Vieira (2020, p.288) “as mulheres negras, perpassadas pelas várias intersecções sociais, experienciam sentimentos de auto ódio e solidão como repercussão do racismo estrutural”. Nesse sentido, ainda conforme a

autora, percebe-se que para as pessoas brancas as vivências afetivas são comuns, no entanto, quando se trata de pessoas negras observa uma constante “[...] negação em detrimento da opressão do racismo, o que pode ser fator adoecedor. Cita a posição de vigilância dos sujeitos negros, de forma a evitar discriminações e violências” (VIEIRA, 2020, p.298). É negado à pessoa negra o direito de ser o que é, ou seja, a sua espontaneidade. “Diante da negação do afeto às pessoas negras em detrimento da branquitude, há incidências na autoestima desses sujeitos” (VIEIRA, 2020, p.298).

De Andrade (2021) realizou um estudo que tinha como objetivo fazer uma análise da articulação dos fenômenos de racismo e sexismo assim como as consequências destes para a mulher. Conforme a pesquisa, o sofrimento vivenciado pela mulher se torna mais difícil somado à cor de sua pele. A pesquisa mostra como as mulheres experienciam constantemente situações no trabalho que trazem as marcas do racismo e do sexismo. A sociedade brasileira é muito influenciada pelo pensamento patriarcal o que gera um ambiente de liberdade cerceada à mulher. A vida das mulheres é permeada pelo sentimento do medo oriundo de experiências próprias e coletivas. Dessa forma, ser mulher é estar sempre sendo necessário “calcular o lugar, a hora, a forma de falar, o jeito de se vestir, e tantas outras hipóteses que exigem serem feitas por causa do medo” (DE ANDRADE, 2021, p.22).

A perpetuação do racismo às mulheres pretas acontece também no mercado de trabalho. Muitas vezes o currículo da mulher negra é descartado e a vaga é destinada a uma pessoa branca. Já quando a mulher negra consegue a vaga há hostilidade no ambiente de trabalho. Para os autores Campos *et al* (2020), a ocorrência de doenças oriundas do ambiente de trabalho é influenciada por diversos fatores, mas os que mais se destacam são os relacionados a gênero e raça. Consequentemente, “podem produzir ou agravar diversos tipos de problemas de saúde física e mental, como os transtornos mentais” (CAMPOS, *et al*, 2020, p.580).

Os autores Campos *et al* (2020, p.579) desenvolveram uma pesquisa a qual buscou avaliar a “associação entre estressores ocupacionais e saúde mental, focalizando desigualdades de gênero e raça/cor da pele entre trabalhadores da saúde”. O estudo foi realizado com 384 trabalhadores da Bahia. Obteve-se como resultado que a mulher negra apresenta uma maior prevalência de Transtorno Mental Comum (TMC), com o percentual de 23,7%, enquanto as mulheres não negras foram 19,6%. Já a prevalência de TMC para homens negros apresentou 17,6% e não negros ficou em 14,7%. Em suma, a análise mostrou que o adoecimento mental da população entre os homens é maior entre os homens negros e, entre as mulheres, as negras. Foi possível também observar que a frequência de adoecimento entre os trabalhadores da saúde pesquisados era maior na população negra. Outras pesquisas têm mostrado resultados similares, o que corrobora para [...] a hipótese de que a raça é um marcador de desigualdades com influência na ocorrência de adoecimento mental, aumentando a vulnerabilidade de alguns grupos. Assim, as desigualdades estabelecidas podem influenciar na saúde mental, incrementando as prevalências de TMC entre negras e negros (CAMPOS, *et al*, 2020, p. 585).

Para Almeida (2019), o fato de as mulheres negras serem consideradas pouco capazes está relacionado a um sistema econômico, político e jurídico que sustenta essa condição de subalternidade e que as mantém com salários inferiores e fora dos espaços

de tomada de decisão assim como expostas a todo tipo de violência. Pois se as representações da mulher negra não fossem resultantes de práticas de discriminação, quando as mulheres negras fossem representadas com pouco prestígio social ou em lugares subalternos haveria protestos.

De acordo com Adichie (2015), quando uma coisa é repetida com frequência acaba sendo normalizada pela sociedade. Ela descreve uma situação que vivenciou na infância, em uma escola na Nigéria, quando a professora falou que o aluno que tirasse a maior nota seria o monitor da classe. No entanto, o título foi para o aluno com a segunda maior nota. Pois a professora não havia esclarecido que esse monitor seria um menino, ou seja, era muito óbvio isso para ela. Dessa forma, como conceitua a autora, se só os meninos são escolhidos como monitores, em determinado momento passam a achar, mesmo que inconscientemente, que apenas os meninos podem ser monitores de classe. “Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar ‘normal’ que esses cargos de chefias sejam ocupados por homens” (ADICHIE, 2015, p.17).

Segundo o CFP (2017), muitas vezes o impacto da dominação racista faz com que as pessoas, “numa tentativa de não enfrentar a discriminação vivida, fazem uso de mecanismos de defesa” (CFP, 2017, p. 58). Ou seja, o sujeito pode, por exemplo, ter uma identificação com o agressor ou negação. Os mecanismos psíquicos defensivos são “para que haja a manutenção de certa integridade psíquica e intersubjetiva” (CFP, 2017, p. 58). Pode ocorrer também o dilaceramento psíquico que se caracteriza pelo efeito do racismo pelo sujeito que é vivenciado de forma catastrófica. Dessa forma, é necessário apoio psicológico para que a pessoa possa se recuperar do trauma.

Os efeitos psicossociais têm como fundamento os de ordem interpessoal e institucional, a forma em que o indivíduo lida com os efeitos da violência racista a qual vivenciou é única. De acordo com o CFP (2017, p.61), “as ideologias racista, sexista e “classista” ao se materializarem nas instituições” ou famílias modelam, sustentam e transformam as relações. Sejam as relações que ocorrerem em seus interiores como as relações interpessoais ou pessoais, ambas podem consentir aquelas modalidades de dominação. Desde a época da escravidão o movimento negro atua como forma de enfrentamento e superação da população negra no Brasil (CFP, 2017).

Enfim, os danos psíquicos gerados “nas vítimas dessas violências juntam-se a tantos outros já denunciados, pois o racismo, a discriminação e o preconceito raciais impactam na subjetividade e autoestima negra, por gerarem sofrimento psíquico” (SANTOS; DIAS, 2022, pp.10-11). Observa-se que as vivências racistas pelas mulheres negras deixam sequelas em suas subjetividades, pode afetar a saúde mental através de inúmeras maneiras como as relações de poder de um grupo sobre outro, status socioeconômico, aquisição de bens e serviços. As vivências de atos discriminatórios ainda podem resultar em elevados níveis de estresse psicológico bem como agravos tanto à saúde física quanto mental (MARTINS; LIMA; SANTOS, 2018).

Psicopatologia dos Transtornos Mentais

Conforme conceitua David H. Barlow (2016), o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) resulta da ocorrência de determinado evento o qual a pessoa vivencia, testemunha ou é afetada de forma direta ou indireta e não consegue se

recuperar. Os sintomas desenvolvidos pelo TEPT são alterações negativas em cognições e no humor, dificuldades de memória, pode desenvolver gatilhos associados ao evento traumático, pavor, depressão entre outros. O TEPT “é listado entre os transtornos relacionados a traumas e estressores” (BARLOW, 2016, p.64). Ou seja, quando uma mulher vivencia um fenômeno envolvendo racismo ou sexismo seja de forma direta ou indireta e esse evento a afeta de alguma forma ela pode desenvolver o TEPT.

Paul Kleinman (2015) explica que mesmo a ansiedade e o estresse sendo emoções normais de todo ser humano, considera-se o Transtornos de Ansiedade uma forma grave de doença mental. O Transtorno de Ansiedade causa grande sofrimento psíquico no indivíduo, faz com que a pessoa fique as vezes paralisada de forma que ela não consegue viver uma vida normal e saudável. O Transtorno de Ansiedade Generalizada é o mais comum, a pessoa sente medo e uma tensão constante sobre determinado assunto, as preocupações parecem se deslocarem constantemente de um assunto para outro. Dentre os sintomas os mais comuns são irritabilidade, fadiga, problemas relacionados ao sono, dificuldades em se concentrar. Os sintomas físicos mais relatados são náuseas, diarreia e dores de cabeça, tensão muscular, na nuca, ombros e costas (KLEINMAN, 2015).

Para Paulo Dalgalarondo (2019), a Depressão tem um considerável impacto na saúde física e mental do indivíduo. Assim como acarreta prejuízos na qualidade de vida da pessoa. É uma das principais causas do que a Organização Mundial de Saúde considera como anos vividos com incapacidades. Estudos mostram que “15 a 40% das pessoas com depressão maior já tentaram alguma vez o suicídio. Estudos de suicídios completos revelam que 60% de todos eles são realizados por pessoas com depressão” (DALGALARRONDO, 2019, p.344).

Em consequência dessas vivências de angústias e violência por práticas racistas e sexistas “as mulheres negras estão, cada vez mais, apresentando transtornos mentais comuns (TMC’s)” (SILVA; CHAI, 2018, p.998). Caracteriza-se como TMC sinais e sintomas psicossomáticos como: insônia, irritabilidade, fadiga, esquecimento e dificuldade de concentração (CAMPOS, 2020). Em decorrência do tratamento preconceituoso, muitas vezes, as mulheres não se sentem seguras para usar os programas de saúde. Consequentemente, devido à “restrição de direitos fundamentais às camadas menos favorecidas, da qual participa a mulher negra brasileira, esta não consegue usufruir de forma ampla ao seu direito à saúde mental” (SILVA; CHAI, 2018, p.1001).

Como caracteriza Barlow (2016), esse constante sentimento de angústia e preocupação ativa o sistema nervoso simpático e a excitação fisiológica resultam na dificuldade de iniciar o sono. “A insônia é um transtorno de alta prevalência” (BARLOW, 2016, p.635), que pode gerar prejuízos relacionados à saúde e preditora do desenvolvimento de inúmeras condições psicológicas e médicas. A perturbação do sono faz com que a pessoa não tenha um bom rendimento no trabalho, tenha muito cansaço durante o dia gerando prejuízo. Os prejuízos se fazem sentir ainda mais quando os transtornos de humor e do sono são combinados resultando muitas das vezes no desemprego, rompimento com as relações sociais (BARLOW, 2016).

Discriminação durante a pandemia de COVID-19

De acordo com a Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) (2021), devido à pandemia ocasionada pelo coronavírus, que teve início no final de dezembro de 2019, conforme mostram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, o número de negros, pardos e índios que morreram devido à Covid-19 foram maiores que o número de pessoas brancas. Conforme um estudo realizado pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, grupo da PUC-Rio, constatou-se que a taxa de mortalidade de negros por Covid-19 na Capital paulista foi de 172 mil habitantes para cada 100 mil, já os brancos foram de 115 mil para cada 100 mil habitantes (FIOCRUZ, 2021).

Ainda de acordo com a FIOCRUZ (2021), quanto à vacinação, segundo estudo realizado pelo ONG Instituto Pólis, o número de brancos vacinados com a primeira dose da vacina correspondia a 3,2 milhões de pessoas, no entanto apenas 1,7 milhões da população negra receberam a primeira dose do imunizante para Covid-19. Os sintomas mais graves desenvolvidos de Covid-19 notificados eram para cada 10 pessoas, sete eram negras ou pardas. Essa situação consiste devido às desigualdades sociais, preconceito e também, em muitos casos, devido ao racismo institucional.

Nesse sentido, conforme os dados apresentados pela FIOCRUZ (2021), durante a pandemia de Covid-19 percebe-se que o Brasil vivenciou o racismo institucional na política de saúde pública. Visto que, como descreve o Conselho Federal de Psicologia (2017), houve o não investimento no combate à doença e também prevenção no que diz respeito à população negra brasileira. Dessa forma, levou “a alta morbimortalidade por condições que poderiam ser evitadas por meio de políticas públicas eficazes” (CFP, 2017, p.51).

Essa diferença de mortalidade entre a população parda e negra também acontece com outras doenças, apenas ficou mais evidente durante a pandemia por ser uma situação nova, houve mais investimentos em pesquisas até mesmo na busca de encontrar solução para o problema vivenciado no mundo todo. Apenas em 2020 o Ministério da Saúde passou a incluir nos boletins epidemiológicos dados específicos referentes à população negra. Dessa forma, evidenciou que a população negra foi mais afetada durante a pandemia e que houve ausência de ações governamentais eficazes (FIOCRUZ, 2021).

4 CONCLUSÃO

Conclui-se a partir desta pesquisa que o racismo e sexismo tem muito impacto na saúde física e mental da mulher negra. Este tema carece de mais pesquisas, visto que não é fácil encontrar dados referentes ao racismo da mulher preta, geralmente as pesquisas referentes ao racismo são mais referentes ao negro de forma geral. Foi possível observar pelas pesquisas que ocorrem várias formas de exposição das mulheres a violências, mas não percebem as questões de gênero e raciais como um marcador, resultando em uma certa violência naturalizada, na qual a vítima não conceitua as práticas oriundas de questões raciais e de gênero, desse modo poucas denúncias e acusações são feitas referente à violência institucional.

Estudos mostraram que as mulheres vítimas de práticas racistas podem desenvolver TMC, Transtornos de Ansiedade, Transtorno Pós-traumático, baixa

autoestima e Depressão. Os sentimentos de medo são constantemente vivenciados pelas mulheres por viver em uma sociedade machista o que gera sofrimento psíquico. Ademais, foi possível identificar nos relatos das vítimas de racismo um sentimento de inferioridade e baixa autoestima.

Fica evidente a importância de debater essa articulação entre questões de gênero e raciais visto que não se deve separar o sofrimento vivenciado pela mulher preta, assim como é necessário reconhecer que o sofrimento psíquico delas está atrelado ao racismo. Esta pesquisa tem como expectativa fomentar ao público buscar por mais leituras principalmente de autores negros e pesquisar mais sobre essa problemática. Espera-se que este trabalho possa contribuir para o debate sobre as diversas formas de racismo que acometem as mulheres negras, muitas vezes até inconscientemente por estar estruturado na sociedade brasileira.

Em suma, como pode-se observar a partir desta pesquisa bibliográfica, com o impacto do racismo na vida da mulher negra, diante de tanto sofrimento vivenciado, seja físico ou psicológico, é necessário apoio psicológico e social a estas vítimas. Percebe-se que há uma carência de práticas relacionadas à prevenção e acolhimento a esse grupo estigmatizado e subalterno. Pode-se observar pelas pesquisas que os dados relacionados ao número de mulheres vítimas de feminicídio ou violência doméstica muitas vezes é manipulado, ou seja, acontece uma subnotificação relacionada à violência cometida pela mulher negra.

Que esta pesquisa fomente mais discussões sobre essa problemática, pois a falta de reflexão resulta no sistema de discriminação racial. É importante as pessoas buscarem mais leituras relacionadas a autores negros para que possam através deles tomarem consciência das atitudes racistas e preconceituosas. Todas as pessoas são responsáveis por buscar conhecimento sobre questões relacionadas ao racismo, assim como buscar conhecer as diferentes culturas vivenciadas pela população brasileira.

5 REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todos Feministas**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARLOW, David H. **Manual Clínico dos Transtornos Psicológicos**. 5°. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BAPTISTA, Luís Antônio. A atriz, o Padre e a Psicanalista: os amoladores de Facas. *In A Cidade dos Sábios e Outros Ensaios Sobre a Subjetividade e o Cotidiano*. Rio de Janeiro: ed. Summus, 1999, pp.45-49.

BARROSO, Milena Fernandes. **Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista**. Serviço Social & Sociedade, n. 133, p. 446–462, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7j9vg6SZxtg6bxSDqc9CHLd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mai.2023.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 21 mar.2023.

CAMPOS, Françoise Magalhães; ARAÚJO, Tânia Maria de; VIOLA, Denise Nunes; OLIVEIRA, Paula Caroline Santos; SOUSA, Camila Carvalho de. Estresse ocupacional e saúde mental no trabalho em saúde: desigualdades de gênero e raça. **Cadernos Saúde Coletiva**, Bahia, v. 28(Cad. saúde colet., 2020 28(4)). p. 579-589. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040559>. Acesso em: 28 fev.2023.

CERQUEIRA, Daniel, *et al.* **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais**: Referências técnicas para atuação de psicólogas(os). 2017.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

DA CONCEIÇÃO, Andreisa Santana Cardoso et al. Aspectos Psicológicos Vivenciados Por Mulheres Negras Vítimas de Violência Sexual. **Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira**, p. 222-228, 2023. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/sepab/article/viewFile/11106/10908>. Acesso em: 25 mar.2023.

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.38, nº 3, p.450-464, set.2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gPSLSxDcHDhDccZgpk3GNVG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 fev. 2023.

DA SILVA, Millena Carolina. **O impacto do racismo na saúde mental das vítimas**. 2018. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1229.pdf>. Acesso em: 04 mar.2023.

DE ANDRADE, Ana Beatriz Lira. **Considerações sobre o sexismo e o racismo na cultura brasileira**: psicanálise, gênero e raça. Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo Sycorax São Paulo: Elefante, 2017. [e-book].

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo, 2022c. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: 23 mai.2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018-2021: Especial Eleições 2022**. São Paulo, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/anuario-2022-ed-especial.pdf>. Acesso em: 22 mai.2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022**. 2022. São Paulo, 2022a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contra-meninas-mulheres-2022-1sem.pdf?v=v2>. Acesso em: 08 mar.2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Brasil). **Negros são os que mais morrem por Covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2021. Disponível em: <https://www.epsiv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso em: 26 mar.2023.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. **Mulher Negra**: São Paulo, SP. 1993.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Igualdade Racial**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=730. Acesso em: 04 mar.2023.

KLEINMAN, Paul. **Tudo que você precisa saber sobre Psicologia**. São Paulo: Editora Gente, 2015.

MARTINS, Tafnes Varela; LIMA, Tiago Jessé Souza de; SANTOS, Walberto Silva. O efeito das micro agressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 25, n. 7, pp. 2793-2802, nov. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.29182018>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. Ciênc. saúde coletiva, 2017 22(9), p. 3077–3086, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SxDFyB4bPnxQGpJBnq93Lhn#>. Acesso em: 21 mar. 2023.

RIBEIRO, Djamilia. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Vitoria Carmo dos; DIAS, Acácia Batista. Os Efeitos do Racismo na Saúde Mental das Militantes Negras do MMNDS. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2022, v. 42, p.1-19. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003235483>. Acesso em: 28 fev. 2023.

SILVA, Imaíra Pinheiro de Almeida da; CHAI, Cássius Guimarães. As Relações Entre Racismo e Sexismo e o Direito à Saúde Mental Da Mulher Negra Brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, [online], Maranhão, v.22, p. 987-1006, 2018. Disponível em: Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321158844050>. Acesso em: 28 fev.2023.

OLIVEIRA, Ellen Hilda Souza de Alcântara. **Mulheres negras vítimas de violência obstétrica**: estudo em um hospital público de feira de Santana - Bahia. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/30942/ellen_oliveira_iff_mest_2018.p

[df;jsessionid=92391A035BD26D676BA0760966B11FA0?sequence=2](http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/22458/17946). Acesso em: 06 mar.2023.

VIEIRA, Camila Gabrielle Gomes. Experiências de Solidão Da Mulher Negra Como Repercussão do Racismo Estrutural Brasileiro. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 5, n. 10, p. 291-311, 12 mar. 2021. Disponíveis em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/22458/17946>. Acesso em: 24 mai. 2023.